

**Análise da associação entre transparência municipal e aspectos regionais no estado de Minas Gerais**

**ALTIERES FRANCES SILVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

**ROMES JORGE DA SILVA JÚNIOR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

# ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO ENTRE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL E ASPECTOS REGIONAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Resumo

O nível de transparência pública aumentou nas últimas décadas com a criação de portais da transparência e leis de acesso à informação, sendo esse processo alavancado pelo crescente acesso da população à internet. Nesse sentido, o presente artigo teve por finalidade investigar a relação entre transparência municipal e aspectos relacionados à regionalidade. A amostra foi composta por 68 municípios de Minas Gerais, distribuídos por sete regiões do estado. Utilizou-se a Escala Brasil Transparente (EBT), a média mensal de publicações nos perfis oficiais das prefeituras no Instagram e um índice de transparência relacionado à COVID-19 como *proxies* para transparência. Como *proxies* para regionalidade, utilizou-se a população da região, o PIB da região e as médias regionais da EBT e do IDH. Por meio de correlações canônicas, observou-se uma fraca associação entre transparência do município e aspectos relacionados à região em que se inserem, sugerindo-se que o governo estadual e as cidades influentes de cada região podem implementar ações cooperativas para o avanço dos níveis de transparência. Observou-se também que o Instagram pode ser uma ferramenta relevante para a comunicação com os cidadãos, especialmente em um contexto pandêmico.

**Palavras-chave:** Transparência. Minas Gerais. COVID-19. Instagram. Redes Sociais.

## 1. INTRODUÇÃO

A transparência nos atos de gestão pública no Brasil tem sido um tema relevante nas últimas décadas, com a adoção de políticas e iniciativas voltadas à implementação de uma transparência efetiva junto aos cidadãos (Vieira & Ávila, 2020). A transparência governamental se revela como pressuposto para o controle social e o exercício pleno da democracia, instrumentalizados pelo acesso a informações confiáveis que propiciem a participação da população (Silva & Bruni, 2019).

Considera-se que o marco inicial da transparência na gestão pública se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que apresentou instrumentos de gestão como os planos plurianuais e as leis de diretrizes orçamentárias, estabelecendo também princípios basilares da atuação dos entes públicos, tais como a publicidade, a eficiência e a legalidade (Cruz et al., 2010; Vieira & Ávila, 2020). Os mecanismos de garantia da transparência pública ganharam ainda mais notoriedade na década seguinte, com a edição de normativos como a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 –, Lei da Transparência – Lei Complementar nº 131/2009 – e Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011.

Em consonância com os esforços a nível federal para incentivo à transparência pública, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) criaram a Escala Brasil Transparente (EBT), como mecanismo de mensuração da transparência passiva dos entes federados com a utilização de métricas e notas entre 0 e 10. Essa escala avalia, inclusive, os municípios, que são os entes federativos mais próximos dos cidadãos e aos quais eles recorrem para a solução de demandas sociais do cotidiano (Cruz et al., 2012).

Ao mesmo tempo, é importante destacar que o Brasil possui diferentes regiões, culturas e níveis de desenvolvimento social, os quais refletem no nível de organização e nas capacidades inovativas de cada região (Sobrinho & Azzoni, 2016). Essas especificidades regionais podem ter também efeito no nível de transparência dos municípios e a análise dessas características pode contribuir para um melhor entendimento a esse respeito.

Num contexto de popularização do acesso à internet, a divulgação de informações e relatórios diversos pelos entes governamentais se tornou mais acessível e difundida, estimulando a *accountability* e a prestação de contas dos gestores públicos (Vieira & Ávila, 2020), além de possibilitar novas formas de conectar o governo e os cidadãos em virtude da utilização de tecnologias da informação (Klein et al., 2018). A adoção em massa de redes sociais, por exemplo, impulsionou para que os governos também aderissem a elas, com intuito de aumentar o grau de transparência pública ao atingir maiores parcelas da população e, ao mesmo tempo, construindo identidades institucionais que lhe são favoráveis (Kniess & Marques, 2021).

Esse contato mais direto entre o poder público e a população faz-se ainda mais necessário em determinados contextos. O surgimento da pandemia de COVID-19, por exemplo, forçou a criação de ambientes virtuais de interação e disseminação de informações pelos entes governamentais, testando sua capacidade de lidar com a crise e fornecer serviços da forma mais eficiente possível (Raupp & Pinho, 2020). Não obstante, pouco se sabe sobre o fenômeno da transparência governamental em tempos de crise e cenários excepcionais, considerando que grande parte dos estudos sobre o tema analisam o fenômeno sob um prisma de normalidade (Santos & Mota, 2020).

A partir do contexto de criação de ambientes de transparência pública por meio de sites e redes sociais de municípios, a presente pesquisa pretende responder à seguinte questão: Qual a associação entre o nível de transparência pública dos municípios e a região em que se inserem? Para responder esse questionamento, considerou-se o contexto

de Minas Gerais, visto que, entre os três estados que obtiveram nota máxima na escala EBT, ele é o que possui a maior quantidade de cidades que foram incluídas na composição desse índice.

Desse modo, por meio da análise de correlação canônica este estudo pretende identificar o grau de associação entre a transparência dos municípios de Minas Gerais e fatores relacionados à regionalidade, como demografia, desenvolvimento humano e economia. Para isso, utilizou-se como *proxy* para transparência a escala EBT, publicada em 2021 pela CGU, e duas outras variáveis compostas pelos autores, sendo uma relacionada ao uso de redes sociais pelas prefeituras e outra sobre o nível de transparência no contexto da COVID-19.

O artigo se estrutura da seguinte forma: após a introdução, apresenta-se o referencial teórico composto pelo conceito de transparência pública e regionalidade, abordando também estudos que demonstram a influência de fatores socioeconômicos na transparência pública. Nos procedimentos metodológicos são apresentadas as variáveis utilizadas na pesquisa e as características da base de dados, seguida pela apresentação dos resultados da análise de correlação canônica. As considerações finais se seguem, apresentando o panorama geral do estudo realizado e sugestões para novas pesquisas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Transparência em gestão pública e as plataformas digitais**

Transparência em gestão pública pode ser definida como o grau de disponibilidade de informações sobre uma agência ou governo, acessíveis a todos os cidadãos para que eles possam monitorar e acompanhar as atividades do órgão ou agência (Coelho et al., 2018). Significa também a redução nas assimetrias informacionais entre cidadãos e agentes estatais, permitindo o controle e o escrutínio dos interessados sobre as ações executadas pelo poder público (Bernardo et al., 2017).

A transparência é considerada como um dos elementos da *accountability*, pois fornece aos cidadãos informações para exercerem o controle social das políticas públicas, estimulando a responsabilidade compartilhada no acompanhamento dos atos de gestão (Viana de Souza et al., 2013). Também é vista como instrumento capaz de promover a redução da corrupção no espaço público, estabelecendo relações mais democráticas entre o Estado e a sociedade civil (Klein et al., 2018).

A facilidade no acesso também está diretamente relacionada ao controle social, sendo que os portais eletrônicos indicam uma modernização do Estado e um incentivo para que os cidadãos acompanhem o processo de gestão pública, possibilitando que os dados sejam divulgados com agilidade e baixo custo (Melo et al., 2016). Ressalta-se ainda o papel das plataformas digitais no aprimoramento da comunicação entre instituições públicas e cidadãos, por meio de vantagens como baixo custo, linguagem acessível e a convocação direta dos cidadãos para a participação política (Kniess & Marques, 2021).

Deve-se considerar, entretanto, que a publicidade de atos e informações governamentais não é sinônimo de transparência, no sentido de que as informações disponibilizadas ao público devem ser capazes de comunicar seu real sentido, de modo a não serem evasivas ou parecerem enganosas (Cruz et al., 2012). Neste sentido, a transparência não se resume à simples oferta dos dados aos cidadãos, devendo ir além ao que o interesse da administração indica (Kniess & Marques, 2021). Apesar do aumento do número de portais de transparência ainda se verifica a percepção de que a informação não atinge seu objetivo em grande parte dos casos, sob a justificativa do entrave tecnológico (Coelho et al., 2018).

Estudos anteriores se dedicaram a investigar aspectos variados sobre a transparência na gestão pública. Cruz et al. (2009) analisaram o nível de transparência de municípios do estado do Rio de Janeiro e os fatores que podem influenciar a transparência fiscal. Para isso, utilizaram as variáveis população, receita orçamentária, taxa de alfabetização, IDH, PIB *per capita*, índice de qualidade dos municípios e o estágio do *sites* das prefeituras. As variáveis *população* e *PIB* apresentaram relação positiva, mas não significativa, rejeitando a hipótese de que municípios mais populosos possuem maior taxa de transparência. Por outro lado, foram aceitas as hipóteses sobre a relação positiva entre receita orçamentária, taxa de alfabetização, IDH e IQM com os níveis de transparência.

Por sua vez, Cruz et al. (2012) analisaram os portais eletrônicos de 96 municípios a fim de identificar quais indicadores socioeconômicos impactavam os níveis de transparência. Para isso, utilizaram como variáveis explicativas o PIB *per capita*, IDH-M, Taxa de Alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos municípios (IRFS), Índice de Potencial de Consumo (IPC), região, localização, receita orçamentária e Dinamismo

Municipal. Os resultados apontaram uma associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência.

Brocco et al. (2018) realizaram um estudo com municípios do estado do Rio Grande do Sul a fim de verificar quais fatores podem explicar seus níveis de transparência com base nas variáveis população, PIB *per capita*, IDHM, receita arrecadada, taxa de analfabetismo e índice de transparência municipal. Os resultados indicaram que o PIB, IDH e a taxa de analfabetismo não explicou o nível de transparência dos municípios, enquanto o índice de transparência municipal foi tido como um fator explicativo d.

Bartoluzzio e Dos Anjos (2020) investigaram os níveis de transparência em municípios de Pernambuco por meio de portais eletrônicos e das variáveis População, Urbanização, Idade Média, Taxa de Alfabetização, IDH-M, IFDM, Receita Tributária, e o PIB *per capita*. Eles observaram uma forte relação entre índices socioeconômicos e o nível de transparência municipal.

A capacidade financeira também é um fator comumente associado aos níveis de transparência em gestão pública, instrumentalizada por meio se indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), receita tributária do ente governamental e também PIB *per capita*, indicando que regiões com maiores níveis de renda pública e renda dos cidadãos promovem maior fiscalização e participação pública nos atos de gestão (Silva & Bruni, 2019).

## **2.2.Regionalidade**

Por algum tempo, a regionalidade foi tratada pelos estudiosos apenas sob o aspecto geográfico. Não obstante, o escopo de análises tem aumentado para englobar outras variáveis, como economia, saúde, gestão, bem-estar social e outras. O estudo da regionalidade pode então ser entendido como um campo específico, com conceitos, teorias e métodos próprios, e caracterizado pela interdisciplinaridade (Gil, 2013).

Neste sentido, o campo de estudos definido como Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade destina-se a tratar o planejamento e execução de ações para estímulo, criação e desenvolvimento da consciência de pertencimento a uma região, principalmente pelas organizações e governos (Gil, 2013). Entretanto, faz-se necessário considerar a regionalidade como uma construção social, sendo um conceito subjetivo diverso da abordagem positivista que a considera algo objetivo (Paasi, 2009).

O território pode ser observado como possuindo quatro dimensões de compreensão, que são a dimensão política, social, cultural e cognitiva, constituindo relações complexas envolvendo relações, identidades e construções sociais. Observa-se, assim, uma tendência na criação de “novos espaços estatais”, com âmbitos mais amplos que cidades ou países, nos quais os estados têm redimensionado sua governança, resignando parte de suas competências e poderes para autoridades regionais (Paasi, 2009).

Dessa forma, o termo “identidade regional” tem se tornado uma das palavras-chave em nível mundial, especialmente no âmbito da União Europeia, a qual possui um histórico de desenvolvimento de políticas regionais para integração e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, “região” apresenta-se como uma categoria complexa pois engloba elementos materiais e virtuais, assim como práticas e discursos sociais contrastantes (Paasi, 2009).

De modo geral, observa-se na literatura a realização de pesquisas sobre transparência governamental com foco em grupos específicos de municípios, baseados em aspectos geográficos e agrupamentos físicos, constatando, por exemplo, maiores níveis de transparência em municípios maiores e mais populosos (Silva et al., 2019). Por outro lado, a regionalidade como construto influenciador da transparência ainda é pouco considerada nos modelos propostos, sendo que seu impacto no nível de transparência pública pode ser relevante para a compreensão dos fenômenos de abertura de dados e adoção de portais eletrônicos, ou ainda do uso de outros canais de comunicação, como as redes sociais.

Portanto, a literatura ainda carece de estudos que investiguem os efeitos da regionalidade na transparência dos municípios, bem como investiguem a maneira pela qual aspectos regionais podem influenciar os níveis de transparência dos gestores públicos. No presente estudo, considerou-se ainda o papel da presença institucional nas redes sociais como possível indicador da transparência governamental, algo pouco explorado em estudos anteriores.

### **3. METODOLOGIA**

A fim de atender ao objetivo proposto de verificar a associação entre a transparência dos municípios de Minas Gerais com as características da região em que se inserem, aplicou-se a análise de correlação canônica. Um modelo geral de correlação canônica pode ser definido conforme apresentado na Equação 1, onde  $Y_s$  ( $s = 1, \dots, p$ )

são as variáveis consideradas dependentes e  $X_j$  ( $j = 1, \dots, q$ ) as variáveis consideradas explicativas, sendo uma função do grupo de variáveis  $Y_s$  (Fávero & Belfiore, 2017).

$$Y_1 + Y_2 + Y_3 + \dots + Y_p = f(X_1 + X_2 + X_3 + \dots + X_q) \quad (1)$$

A interação entre os elementos gera a variável canônica  $u$ , que é a combinação linear das variáveis dependentes, e a variável canônica  $v$ , a combinação linear das variáveis explicativas. A correlação canônica é a correlação entre ambas. Neste estudo, objetiva-se verificar a correlação entre a transparência dos municípios e a possível influência de aspectos regionais, sob as óticas demográfica, social, econômica, considerando-se também a associação com a transparência pública a nível regional. Portanto, o modelo proposto é definido pela Equação 2:

$$EBT + MSOCIAIS + TCOVID = f(EBTr + IDHr + POPr + PIBr) \quad (2)$$

O Quadro 1 apresenta as informações sobre as variáveis utilizadas:

**Quadro 1:** Variáveis do estudo

	Variável	Definição	Fonte/Cálculo
<i>Proxies para a transparência do município</i>	EBT	Índice do município na Escala Brasil Transparente.	CGU
	MSOCIAL	Média mensal de publicações na página oficial da prefeitura em mídia social (Instagram).	Total de publicações ÷ Quantidade de meses desde a criação do perfil
	TCOVID	Índice de transparência relacionado à COVID-19 no município.	Coleta de dados no site da prefeitura e no Instagram, com base em um <i>checklist</i> .
<i>Proxies para regionalidade</i>	EBTr	Média da Escala Brasil Transparente entre os municípios de uma mesma região.	CGU
	IDHr	Média do índice de desenvolvimento humano entre os municípios de uma mesma região.	PNUD/ONU
	POPr	Soma da população dos municípios de uma mesma região.	IBGE
	PIBr	Soma do PIB a preços correntes dos municípios de uma mesma região.	IBGE

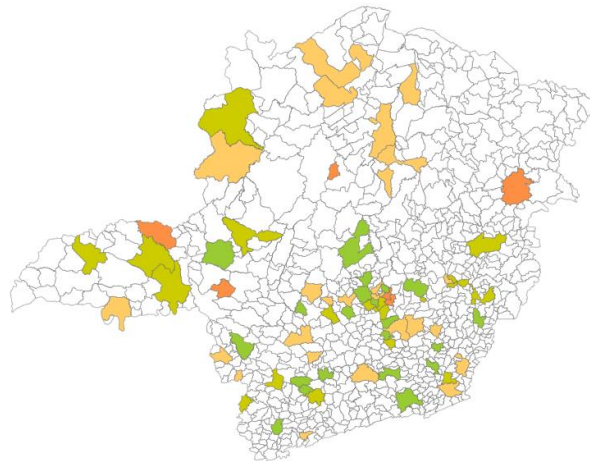
Fonte: Elaborado pelos autores.

A seleção da amostra ocorreu a partir da Escala Brasil Transparente (EBT), divulgado em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), a qual avalia o nível de transparência passiva e ativa de municípios e estados, traduzindo-o por meio das Escala



Brasil Transparente, cujo índice vai de 0 a 10 – sendo que, quanto maior, maior a transparência pública. Minas Gerais, em conjunto com Espírito Santo e Ceará, foram os únicos estados que obtiveram nota 10, enquanto a média entre esses entes federativos foi de 8,84. Os municípios de Minas Gerais para os quais a CGU divulgou o EBT são apresentados na Figura 1:

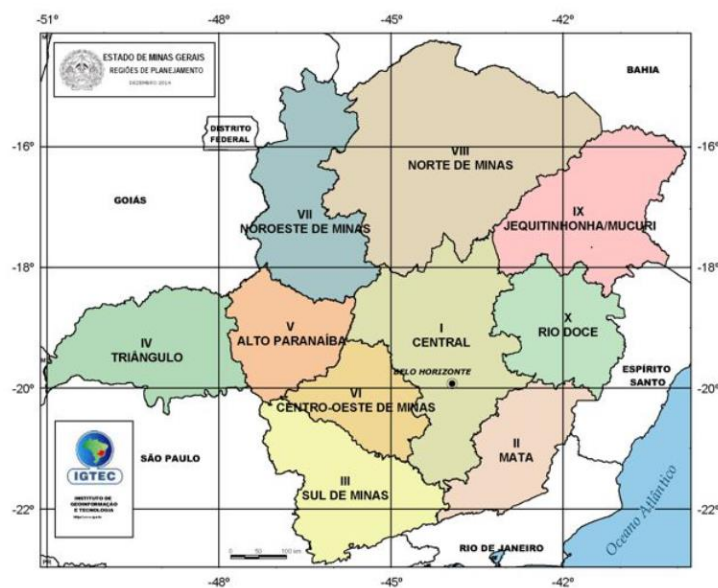
**Figura 1:** Municípios de Minas Gerais avaliados no Mapa Brasil Transparente



Fonte: CGU (2021).

A média obtida pelos municípios mineiros (6,6) ficou próxima à média geral dos municípios do país (6,86). Assim, a base de dados deste estudo foi inicialmente composta considerando essas 72 cidades, que foram então agrupadas por região, conforme a divisão territorial constante na Figura 2:

**Figura 2:** Divisão territorial do estado de Minas Gerais



Fonte: Governo do estado de Minas Gerais (2021).

Considerando as fortes semelhanças socioeconômicas, optou-se por agrupar as cidades do Triângulo Mineiro (IV) e Alto Paranaíba (V) em uma única região, tal qual a divisão considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, a cidade de Teófilo Otoni – a única da região do Jequitinhonha-Mucuri – e as cidades de Paracatu e Unaí – as únicas da região Noroeste – foram excluídas, pois a comparação entre cidade e região seria inviável nesse contexto. Assim, a amostra totalizou 69 municípios.

A obtenção da variável MSOCIAL ocorreu a partir da análise dos perfis oficiais das prefeituras no Instagram. Para isso, calculou-se a quantidade de meses transcorridos após a primeira publicação e, em seguida, obteve-se a média de publicações por mês. Nessa etapa, Bom Despacho foi excluída da amostra, uma vez que essa cidade possui um número expressivo de publicações (13.043), fazendo que o Instagram apresentasse erro em todas as tentativas realizadas para se chegar à primeira publicação. Isso impossibilitou a identificação da data em que o perfil entrou em funcionamento.

A média para as 68 cidades restantes foi de 55 publicações por mês, o que demonstra que essa rede social tem sido considerada pelos poderes executivos municipais como um canal de divulgação de suas ações e de comunicação com a população. As cidades com menos publicações totais foram Manhuaçu (11), Alfenas (22) e Esmeraldas (78). As demais apresentaram quantidades superiores a 190 publicações, destacando-se como mais ativas as cidades de Uberlândia (8.271), Patos de Minas (5.386) e Betim (4.340).

O perfil mais antigo foi criado pela prefeitura de Uberlândia, em dezembro de 2013. De 2014 a 2016, outras sete prefeituras criaram seus perfis oficiais no Instagram. Essa adesão cresceu a partir de 2017, ano com maior percentual de criação entre as cidades da amostra (22,06%). Por outro lado, 28% das prefeituras criaram seus perfis no período de março de 2020 a maio de 2021, o que totaliza 19 cidades. Isso aponta que o contexto da pandemia da COVID-19 pode ter incentivado algumas gestões municipais a se comunicarem por meio do Instagram, o que colabora a percepção de que essa rede social contribui para a transparência e contato com os munícipes.

Para a obtenção da variável TCOVID, foi desenvolvido um *checklist* para avaliar se há a divulgação, atualizada, de informações sobre: (1) orientações de prevenção contra o coronavírus; (2) a evolução diária dos casos de COVID-19 e da ocupação dos leitos; (3) orientações sobre a vacinação e a quantidade de pessoas vacinadas; e (4) receitas e

despesas destinadas ao combate da pandemia. Assim, analisou-se a divulgação desses quatro itens tanto nos sites das prefeituras quanto em seus perfis oficiais no Instagram. Desse modo, o *checklist* foi composto por oito itens no total – quatro correspondentes aos sites das prefeituras e quatro correspondentes ao Instagram. Para cada item foi atribuído 0 (item não divulgado) ou 1 (item divulgado), tendo sido, após, calculada a média de divulgação, a qual poderia variar de zero a um. A média geral foi de 0,56.

Especificamente em relação à divulgação de informações nos sites das prefeituras, a média foi de 0,57. O item 2, referente aos casos diários de COVID-19 e ocupação dos leitos, foi divulgado por 74% da amostra. Por sua vez, informações sobre a vacinação – item 2 – e o orçamento – item 3 – foram divulgadas por 54% das prefeituras, ao passo que 47% dos sites apresentam informações de prevenção ao coronavírus.

Já no Instagram, a média geral de divulgação foi de 0,56, ou seja, próxima à média de divulgação nos sites. O item 3 – informações sobre a vacinação – é o mais divulgado nessa rede social (85% dos perfis), seguido pelo item 2 – evolução dos casos (66%) – e o item 1 – formas de prevenção (62%). Por outro lado, apenas 4% das prefeituras divulgaram no Instagram informações sobre receitas e despesas diretamente relacionadas ao combate da pandemia.

A estatística descritiva das variáveis regionais é apresentada na Tabela 1:

**Tabela 1** – Estatística descritiva das variáveis regionais

Variável	Média	Erro-padrão	Mín.	Máx.
EBTr	6.65	0.64	4.92	7.32
IDHr	0.74	0.01	0.72	0.76
PIBr	101.189.470	9.07E+07	14.881.196	220.992.023
POPr	2871863	2462774	665.522	6.161.545

Fonte: Elaborado pelos autores.

Numa escala de 0 a 10, a região Norte foi a que obteve a menor média de pontuação na EBT (4,92), enquanto a região da Mata obteve o melhor desempenho (7.32). A média geral para essa variável foi de 6,65. O IDH variou entre 0,72 (Norte) e 0,76 (Sul de Minas), sendo que a média geral foi de 0,74. Optou-se por utilizar o PIB total, a preços correntes, ao invés do PIB *per capita* a fim de se evitar alta correlação com a variável POPr. A média do PIB por região foi 101.189.470, variando de 14.881.196 (Norte) a 220.992.023 (Central). Por fim, a média população foi de 2.871.863 habitantes. As regiões Central (6.161.545) e Centro-Oeste (665.522) foram, respectivamente, a mais e a menos populosas.

## 4. RESULTADOS

A partir do modelo apresentado na Equação 2, testou-se por meio do *software* Stata a correlação canônica dos grupos de variáveis. Para isso, optou-se por padronizá-las pelo método *z-score*. Os resultados são apresentados na Tabela 2:

**Tabela 2** – Correlações canônicas

Combinação linear	Correlação	$\lambda$ de Wilks	P-value
1	0.475	2,372	0,008
2	0.381	1,867	0,092
3	0.128	0,576	0,593

Fonte: Elaborado pelos autores.

A quantidade de combinações lineares corresponde ao menor número de variáveis presentes em um dos dois grupos. Assim, uma vez que o grupo *Transparência* possui, três variáveis, foi gerada essa mesma quantidade de combinações lineares, cujos coeficientes de correlação entre as variáveis canônicas obtidas ( $u_1$  e  $v_1$ ;  $u_2$  e  $v_2$ ; e  $u_3$  e  $v_3$ ) são apresentados na segunda coluna dessa tabela.

A primeira combinação obteve correlação moderada, porém significativa, rejeitando-se a 1% a hipótese nula de que os vetores não possuem relação linear. As demais combinações apresentaram coeficientes inferiores e sem significância estatística. Desse modo, serão analisados os coeficientes das variáveis no contexto da primeira combinação. Estes, por sua vez, são apresentados na Tabela 3:

**Tabela 3** – Participação das variáveis na formação do das variáveis canônicas

Grupo de variáveis	Sigla	Coefficientes
Transparência	EBT	0,327
	MSOCIAL	-0,400
	TCOVID	0,076
Regionalidade	EBTr	0,435
	IDHr	0,170
	POPr	0,039
	PIBr	0,025

Fonte: Elaborado pelos autores.

As variáveis EBT e MSOCIAL foram as que obtiveram maior correlação dentro do grupo *Transparência* (0,327 e -0,400 – respectivamente). Portanto, essas duas seriam

melhores dependentes do grupo *Regionalidade* do que a variável TCOVID. Do lado oposto, a variável EBTr foi a mais influente para a formação da variável canônica  $v_1$ , indicando seu maior poder associativo com as variáveis do grupo *Transparência*. As demais variáveis do grupo obtiveram baixos coeficientes – de 0,00 a 0,170 – de modo que, em uma análise de regressão multivariada, estas contribuiriam fracamente para o poder explicativo do modelo.

Portanto, notou-se que apesar de se ter obtido uma combinação linear significativa, houve baixa associação entre as variáveis. Nesse sentido, o desenvolvimento humano e os aspectos demográficos e econômicos de uma determinada região não parecem influenciar os níveis de transparência dos municípios pertencentes a ela. Apesar disso, o maior coeficiente observado para a variável EBTr pode indicar que cidades de regiões com melhores médias na Escala Brasil Transparente são também as que mais se engajam em utilizar novas formas de transparência e comunicação com a população, por meio das redes sociais.

Os resultados aqui obtidos se alinham parcialmente aos de Cruz et al. (2009), que não obtiveram significância das variáveis *população* e *PIB* para a transparência de municípios do Rio de Janeiro. Também se assemelham aos resultados do estudo de Brocco et al. (2018), em que o PIB e o IDH não se relacionaram com a transparência de municípios do Rio Grande do Sul, e de Bartoluzzio e Dos Anjos (2020), em que *população* e *PIB* não se mostraram como elementos comuns ao nível de transparência em municípios de Pernambuco.

Em relação ao coeficiente moderado e negativo observado para a variável MSOCIAL, aventa-se que decorre do aumento das publicações no contexto da pandemia da COVID-19. Nesse cenário, a maioria das prefeituras passou a publicar diariamente informações sobre o número de casos, ocupação de leitos, vacinação, restrições à população, dentre outras.

Assim, em relação ao uso do Instagram, os municípios com níveis mais baixos de transparência na escala EBT podem ter obtido resultados próximos ou superiores aos municípios considerados mais transparentes. Tal percepção é colaborada ao se observar que 28% das prefeituras criaram seus perfis a partir de março de 2020. Essa influencia da pandemia na formação da variável MSOCIAL pode ser uma limitação do estudo. Além disso, nos primeiros anos de sua criação o Instagram era majoritariamente voltado à publicação de fotografias, não sendo ainda um canal de comunicação ao nível que se vê atualmente. Desse modo, a utilização da média de postagens pode ter prejudicado as

idades cujos perfis foram criados há mais tempo, sendo esta também uma limitação da pesquisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou investigar a associação entre transparência municipal e regionalidade no estado de Minas Gerais. Com base na Escala Brasil Transparente (EBT), da CGU, foram analisados dados de 68 municípios de sete regiões. O teste de correlação canônica possibilitou verificar a associação entre aqueles dois grupos.

Além do índice EBT, considerou-se como *proxy* para a transparência do município a quantidade média mensal de publicações nos perfis oficiais das prefeituras no Instagram e a transparência relacionada à pandemia da COVID-19, obtida por meio de um *checklist* que analisou os sites e as postagens no Instagram. Por outro lado, considerou-se *proxies* para regionalidade o índice EBT a nível regional, a economia regional (PIB), a demografia regional (população), o desenvolvimento regional (IDH). Obteve-se uma combinação linear significativa a 1%, com coeficiente 0,475. Esse valor, associados aos coeficientes obtidos especificamente para as respectivas variáveis, levou à conclusão de que aspectos regionais impactam fracamente na transparência dos municípios.

Por outro lado, os coeficientes observados para o EBT municipal e regional sugeriram uma associação moderada entre região e cidade. Isso pode ser um indício de que diferentes graus de transparência são observados para municípios de uma mesma região, o que colabora para o entendimento de, aparentemente, não haver contextos em que a transparência pública se mostre como uma “cultura” regional. Por sua vez, aventou-se que o coeficiente moderado e negativo observado para a variável MSOCIAL resulta de uma maior atuação das prefeituras no Instagram, mesmo em relação às consideradas menos transparentes na escala EBT, em razão da divulgação de informações relacionadas à pandemia do coronavírus.

Este estudo é relevante por demonstrar que é crescente o uso de redes sociais pelos poderes executivos municipais, o que pode aproximar a população das ações realizadas pelas prefeituras e aumentar a percepção sobre a transparência pública e *accountability*. Além disso, as redes sociais mostraram-se uma importante ferramenta para a divulgação de informações num contexto pandêmico. Notou-se, contudo, que a transparência com uso dessas mídias pode se tornar mais efetiva caso os gestores passem a divulgar também informações relacionadas às finanças públicas.

Não obstante, os resultados apontaram baixa associação entre cidade e região, mesmo ao se investigar diferentes elementos que poderia levar a uma coesão – como a demografia, o desenvolvimento e economia. Isso sugere que não há um senso de cooperação a nível regional para que municípios próximos – que, pressupõe-se, tenham relações culturais e econômicas mais intensas – desenvolvam ações cooperativas para a transparência pública. Assim, cidades influentes das diferentes regiões, capitaneadas pelo governo estadual, poderiam implementar ações nesse sentido. Isso permitiria a aproximação e o desenvolvimento de uma consciência regional coletiva, conforme sugerido por Gil (2013), que poderiam contribuir para outros aspectos do desenvolvimento.

Esta pesquisa também contribui para a literatura ao explorar a transparência pública pela ótica regional a partir de uma abordagem não observada em estudos anteriores. Os resultados obtidos podem colaborar para que estudos futuros aprofundem a aperfeiçoem modelos que possam explicar as possíveis influências da região nos municípios, ou ainda, as influências de determinadas cidades nas regiões em que se inserem. Nesse sentido, recomenda-se que os futuros estudos analisem especificamente aspectos relacionados à transparência no contexto da pandemia, sob a ótica regional, podendo também considerar as diferenças regionais entre estados. Outra possibilidade é que foquem as análises no uso de redes sociais pelas prefeituras, isolando, contudo, o efeito da pandemia.

## REFERÊNCIAS

- Bartoluzzio, A. I. S., & Dos Anjos, L. C. M. (2020). Análise de Conglomerados do Nível de Transparência Pública d Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Pernambucanos. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 11(2).
- Bernardo, J. S., de Oliveira Reis, A., & Sedyam, G. A. S. (2017). Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. *Revista Ciências Administrativas*, 23(2), 277-292.
- Brocco, C.; Grando, T., Martins, V. Q.; Junior, A. C. B.; Corrêa, S., (2018), “Transparência da gestão pública municipal: fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul”, *Revista Ambiente Contábil*, 10(1).
- Coelho, T. R., da Silva, T. A. B., Cunha, M. A., & Teixeira, M. A. C. (2018). Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(75).
- Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2009). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 12(3).

- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. D. S., Silva, L. M. D., & Macedo, M. Á. D. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de Dados* (1º ed). Elsevier.
- GIL, Antonio Carlos et al. (2013). Fundamentos científicos da gestão para o desenvolvimento da regionalidade. *Revista de Ciências da Administração*, 15(35), p. 68-81.
- Klein, R. H., Klein, D. C. B., & Luciano, E. M. (2018). Identificação de mecanismos para a ampliação da transparência em portais de dados abertos: uma análise no contexto brasileiro. *Cadernos Ebape. br*, 16(4), 692-715.
- Kniess, A. B., & Marques, F. P. J. (2021). Como o agente fiscalizador utiliza a comunicação online? A ideia de transparência pública nas redes sociais da Controladoria-Geral da União. *Opinião Pública*, 27, 90-126.
- Melo, K. B., Martins, G. A., & Martins, V. F. (2016). Análise do nível de transparência dos websites dos municípios mineiros. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 4(9), 93-111.
- Paasi, A. (2009). The resurgence of the 'region' and 'regional identity': Theoretical perspectives and empirical observations on regional dynamics in Europe. *Review of international studies*, 35(S1), 121-146.
- Raupp, F. M., & de Pinho, J. A. G. (2020). Precisamos evoluir em transparência? Uma análise dos estados brasileiros na divulgação de informações sobre a Covid-19. *Gestão E Sociedade*, 14(39), 3725-3739.
- Santos, J. G., & Mota, F. P. B. (2020). A transparência governamental em tempos de Covid-19: reflexões do quadro brasileiro. *Gestão E Sociedade*, 14(39), 3716-3724.
- Silva, M. C., do Nascimento, J. C. H. B., da Silva, J. D. G., & de Siqueira, J. R. M. (2019). Determinantes da transparência municipal: uma análise empírica com municípios brasileiros. *GCG: revista de globalización, competitividad y gobernabilidad*, 13(2), 87-100.
- Silva, W. A. D. O., & Bruni, A. L. (2019). Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53, 415-431.
- Sobrinho, E. M. G., & Azzoni, C. R. (2016). Potencial inovativo da indústria nas regiões brasileiras. *Revista Brasileira de Inovação*, 15(2), 275-304.
- Viana de Souza, F. J., da Costa Barros, C., de Araujo, F. R., & da Silva, M. C. (2013). Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(3), 94-113.
- Vieira, M. A., & De Ávila, L. A. C. (2020). Nível da transparência pública e as características socioeconômicas dos municípios brasileiros. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 11(3).